

## VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Bernardo Brasil Bielschowsky<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau/SC – Brasil, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. A principal problemática urbana e que já está afetando diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída, são as sucessivas tentativas do próprio poder público em tentar vender a cidade como um objeto, através de imagens emblemáticas e cenários construídos ao longo do tempo. Essas políticas públicas tratam da espetacularização urbana, da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade. O principal argumento deste trabalho é que, com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações. As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos - decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem e da memória urbana dessas cidades. A principal relevância do trabalho é discutir que a introdução de políticas para a valorização da paisagem não deve ser somente estética, mas sobretudo social, ou seja, encarar os novos desafios à preservação. Serve para conservar suas raízes e fortalecer suas identidades, evitando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e às futuras gerações. A expectativa de contribuição para o tema da sessão é a de incluir valorização da paisagem como elemento cultural, ou seja, como um bem patrimonial que se enquadra numa nova dimensão das políticas patrimoniais. Serve também para democratizar esse patrimônio, que não deve ser apenas estético, mas que deve contemplar os ambientes que marcam a vida cotidiana das pessoas.

**Palavras-chave:** Paisagem. Patrimônio. Blumenau/SC.

---

<sup>1</sup>Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC); Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);  
E-mail: bbrasilarquitecto@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

As paisagens culturais catarinenses são bem diferenciadas porque foram constituídas principalmente pela forma cultural de apropriação do ambiente encontrado pelos imigrantes e pela utilização das técnicas também culturalmente diferenciadas em cada região. As diferentes técnicas construtivas utilizadas e os diversificados modos de apropriação do ambiente natural resultaram em composições arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas específicas, e justamente por isso, com grande valor patrimonial. Constituem um acervo de importância fundamental ao desenvolvimento descentralizado de Santa Catarina, definindo características particulares pelos traços culturais, modo de vida e apropriação do espaço, o que pode reafirmar a ideia de diversas identidades socialmente constituídas no território catarinense.

O tema deste trabalho será a análise da importância da paisagem urbana de Blumenau, no Vale do Itajaí, localizado no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Essa paisagem começou a ser constituída pelos imigrantes, a partir da metade do século XIX, com a chegada de trabalhadores qualificados que fugiram das crises europeias e encontraram na política de imigração brasileira novas oportunidades. A política de colonização europeia do Governo Imperial buscava mão de obra livre e assalariada para substituir o trabalho escravo (fim do tráfico negreiro em 1850) e ocupar estrategicamente o Sul do país, com o aval da Lei das Terras de 1850, que transformou o solo em mercadoria, ou seja, Blumenau nasce diretamente das relações capitalistas que estavam sendo introduzidas no país naquele período. Imigrantes vindos da Alemanha a partir do final do século XIX, voltados ao trabalho fabril, deixaram de se dedicar somente à formação de uma colônia agrícola para contribuir na urbanização e industrialização da cidade. Adaptando-se às condições locais, os migrantes europeus dão lugar a uma nova cultura, teuto brasileira, na qual mantêm ou transformam os traços linguísticos, comportamentais ou sociais de forma diferente de sua evolução no país originário. Como é a cultura, mediada pelas técnicas, que oferece aos homens os meios de apropriação dos ambientes para aí imprimir sua característica, constitui-se, então, identidades culturais locais que forjam, historicamente, a formação de paisagens culturais.

A paisagem de Blumenau retrata bem as formas culturais de apropriação do ambiente pelos imigrantes e empresários locais, a partir da utilização das técnicas existentes e o estabelecimento de um sistema de relações locais, constituindo assim uma identidade cultural. A dinâmica urbana, gerada pela lógica de implantação das indústrias, pelos sucessivos

processos econômicos e sociais ocorridos nos diferentes períodos resultaram em paisagens específicas que valorizam a memória coletiva local, atribuindo assim, valor patrimonial.

Este trabalho pretende analisar a paisagem urbana na área central de Blumenau, a partir da década de 1950, para demonstrar a importância dessa paisagem historicamente construída como um bem patrimonial que deve ser valorizado. Esse patrimônio, culturalmente e socialmente constituído, que é a paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas públicas de desvalorização da história da cidade e pela construção de grandes cenários com imagens urbanas emblemáticas, principalmente a partir da década de 1970, quando ocorre uma ameaça mais efetiva à área de estudo.

O trabalho pretende abordar também algumas questões importantes para este contexto, como a relação entre passado/presente, antigo/novo, a recriação da identidade germânica, a construção de cenários como política para o turismo, a mercantilização dos espaços e da própria paisagem. E é nesta relação obscura entre os agentes públicos e os privados que as políticas públicas se tornam uma ameaça cada vez mais presente para a paisagem e a história da cidade. Essas políticas públicas tratam da espetacularização urbana, da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade (DEBORD, 1997).

A substituição do patrimônio historicamente e socialmente construído, através da desvalorização dos espaços mais significativos da cidade em detrimento da construção e valorização de modelos externos e temáticos, vai acarretar o processo mais violento no que diz respeito à história e memória urbana da cidade de Blumenau. Com os processos de renovação urbana que já sinalizam para essas áreas, essa paisagem histórica e socialmente construída corre o risco de deformação ou até mesmo de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à memória urbana, à cidade contemporânea e para as futuras gerações.

O principal argumento deste trabalho é que, com os processos de renovação urbana sinalizando para essas áreas, corre-se o risco de deformação ou de desaparecimento, ocasionando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e as futuras gerações. Essas renovações urbanas tendem a ser cada vez mais intensas, substituindo assim, antigas construções inseridas determinados conjuntos urbanos por edifícios cada vez mais altos e estandardizados e fora de um contexto, seguindo simplesmente à lógica do mercado (HARVEY, 1998). As cidades brasileiras conhecem rápidos processos substitutivos -

decorrentes da fraqueza da legislação urbanística que permite uma acelerada dinâmica do capital imobiliário -, que transforma o tempo numa variável determinante para a manutenção da paisagem e da memória urbana dessas cidades.

A principal relevância do trabalho é discutir que a introdução de políticas para a valorização da paisagem não deve ser somente estética, mas sobretudo social. A pluralidade só se torna possível respeitando as semelhanças e diferenças, mas a singularidade só existe dentro de um contexto de relações sociais determinadas (ARENDDT, 1993), porque o indivíduo precisa se reconhecer socialmente. Só será possível ousar planejar a construção de um futuro comum quando os diferentes grupos da sociedade procurarem estabelecer a construção de uma identidade comum, baseado nessas referências sociais e urbanas. Logo, os novos desafios à preservação ou valorização da paisagem servem tanto para conservar suas raízes, evitando a alienação social do indivíduo, como para ancorar historicamente e fortalecer suas identidades na possibilidade de criação de projeto social contínuo, evitando assim, perda irreversível à cidade contemporânea e às futuras gerações.

A expectativa de contribuição para o tema da sessão é a de incluir valorização da paisagem como elemento cultural, ou seja, como um bem patrimonial que se enquadra numa nova dimensão das políticas patrimoniais. A globalização vai impondo incessantemente a necessidade de substituição das cidades “antigas” pelas novas cidades “globais”, sem se preocupar com a história do lugar, substituindo conjuntos urbanos adaptados ao sítio físico e apropriados culturalmente pelo meio, por um acumulado de não lugares (AUGE, 1994). Essas apropriações culturais dos meios significa que diversos processos culturais marcaram a paisagem e revelam o sentido sociocultural e educativo da paisagem. Logo, valorização da paisagem como elemento cultural serve também para democratizar esse patrimônio, que não deve ser apenas estético ou de aparência (SANTOS, 1982; 1985), mas que deve contemplar os ambientes que marcam a vida cotidiana das pessoas.

Buscando enfrentar a problemática da pesquisa, buscou-se relacionar as noções geográficas de sociedade, espaço e paisagem com a evolução do conceitos de patrimônio, história e memória. Partindo da evolução dos conceitos das categorias geográficas de paisagem e patrimônio no âmbito dos organismos internacionais e nacionais (UNESCO e IPHAN), pautados não somente nas interações entre os aspectos naturais e culturais

(paisagem), mas também nas interações entre os aspectos materiais e imateriais (patrimônio), trata-se de inserir a arquitetura, o urbanismo e as diversas formas de apropriação do espaço de forma contextualizada na paisagem como um bem patrimonial, para que sirva de referência cultural para a sociedade e as futuras gerações. Essa análise da paisagem como um bem patrimonial está condicionada à percepção do patrimônio como resultado de acumulação de tempos históricos que marcam, com traços culturais, a paisagem e as pessoas.

### **PATRIMÔNIO, PAISAGEM E MEMÓRIA**

Partindo-se dos conceitos de paisagem como registro das relações socioespaciais e as transformações históricas assíncronas das diferentes determinações que compõem a realidade social, o trabalho busca discutir a paisagem como um processo dinâmico. Partindo dos conceitos relacionados à “patrimônio, paisagem e memória”, pretende-se demonstrar o valor patrimonial do objeto de estudo, pois mais que o valor material dos objetos isolados, existe um valor imaterial dado pelas relações destes com a dinâmica urbana, o ambiente historicamente herdado, a cultura, a história e a memória.

Primeiro é necessário compreendermos a relação direta entre espaço e sociedade, pois precisamos considerar o espaço na sua totalidade, como um objeto em permanente movimentação. E quem lhe dá essa condição é justamente a sociedade que o habita e o utiliza, ou seja, sem a sociedade o espaço não possui vida. E são os fatos que vão moldar esse espaço, ressaltando os seus aspectos e lhes atribuindo formas, conforme os contextos e as estruturas sociais que se modificam nos diferentes períodos históricos (SANTOS, 1988).

Para esta pesquisa é necessário fazer a distinção entre paisagem e espaço, pois se a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza, o espaço é essa forma e mais a vida que se anima. A paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. O espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única (SANTOS, 1996). A paisagem fala da realidade objetiva, dos homens que a povoam e das relações que tecem com o meio. Expõem também uma realidade criada por necessidades sociais, lúdicas e estéticas. O indivíduo toma consciência daquilo que é através dos lugares onde vive, das paisagens que lembram a construção do passado e dos elementos que o animam para o futuro (CLAVAL, 2011).

O presente artigo busca discutir a valorização da paisagem como elemento cultural. Porém, apesar das diversas relações culturais preservadas que vamos tratar aqui, não vamos utilizar aqui o conceito de paisagem cultural, pois acreditamos que este pressupõe a relação direta e permanente entre cultura e paisagem, ou seja, as formas tradicionais de interação entre o homem e o ambiente ainda presentes, e que deveriam ser protegidas como tal. Paisagem cultural deveria preservar não somente o ambiente herdado historicamente, mas também as suas relações sociais, ou seja, a permanência da paisagem e das relações tradicionais conjuntamente, de forma indissociável. Porém, conforme será demonstrado ao longo do trabalho, essas relações tradicionais, especialmente as sociais, não estão sendo valorizadas. Por isso trabalharemos com o conceito de paisagem herdada nesse artigo, seguindo o pressuposto de Milton Santos de que a paisagem é algo em constante mutação, assim como a produção social do espaço. O fato de ser uma paisagem herdada não significa que a paisagem somente será valorizada se a cultura tradicional for preservada conjuntamente, pois a cultura pode ter sido readaptada, resignificada ou ter se tornado um patrimônio imaterial, possibilitando assim, a construção da história do tempo presente sobre esta paisagem herdada.

A Paisagem é muito mais do que somente a ação do homem sobre as condições naturais, pois estão sendo incluídas, além das técnicas disponíveis nos determinados períodos históricos para adaptação aos meios, as práticas sociais como elementos de transmissão dessas heranças culturais. Justamente por isso ela não deve somente revelar esses elementos naturais, econômicos, sociais e culturais, mas também, sobretudo, desempenhar uma função social e de interesse público, que deveria ser feito através de sua proteção, gestão e ordenamento, conforme já apontava a Convenção Europeia da Paisagem (2000). Já o Patrimônio, é muito mais do que o objeto, o material e o natural, pois deve-se considerar o conjunto, o imaterial e o cultural como contribuições de uma construção social e coletiva que deve fazer parte do presente e ser repassado para as futuras gerações. É justamente na convergência desses dois conceitos, paisagem e patrimônio, que se defende a ideia de “paisagem como um bem patrimonial”.

Para a valorização da paisagem como patrimônio cultural, além de preservar o patrimônio material no qual a população se identifica, surge a necessidade de preservar a memória coletiva das sociedades atinentes. Não se trata apenas de preservar o passado, mas

reverenciar o passado e a cultura ainda presente. “Da restituição das identidades culturais a um tratamento das memórias coletivas, as razões de modernizar a própria ideia de conservação constituem a lógica dessa reabilitação do sentido” (JEUDY, 1990).

A cultura estampada na natureza socializada é parte do registro de um determinado tempo, e a outra parte desse registro encontra-se na memória coletiva social. Porém, mantendo signos e atividades vivas, que sujeitas à temporalidade, podem sofrer alterações ou não, é uma forma de manter a dinâmica da vida do local. O cenário não fica sendo apenas uma realidade desaparecida, mas adquire vida própria. Memória serve como forma de conservação, continuação e divulgação da cultura. A manutenção ou a busca de identidade cultural motiva e dinamiza as práticas e políticas de conservação. “Conservar não quer mais dizer preservar, mas restituir, reabilitar ou reapropriar” (JEUDY, 1990).

### **ESTUDO DE CASO: A ÁREA CENTRAL DE BLUMENAU/SC**

A área do estudo de caso representa a relação imediata entre o relevo acidentado, o rio principal (Rio Itajaí-Açú), os principais ribeirões dos bairros mais populosos da cidade (Ribeirão Garcia e Ribeirão da Velha) e as formas de ocupação humana ao longo dos anos, fatores determinantes na delimitação do espaço físico do que chamamos de “concha central”. A relação entre o sistema geomorfológico (hidrografia, geologia e topografia) e a forma de ocupação do solo na concha central, através da divisão do terreno, entre o rio e os morros, vai ter importância histórica no desenvolvimento urbano da área de estudo deste trabalho.

A ideia da delimitação da área de estudo através de uma “concha” procura estabelecer uma dimensão tridimensional do espaço, em perspectiva, e não apenas uma projeção bidimensional, em “planta”, inserindo assim a altura, que é representada pela topografia. Através do esquema da “concha central” é possível compreender o sistema geomorfológico no contexto da paisagem atual, que será delimitada como a área de estudo deste trabalho.

O recorte espacial será esta “concha central” da cidade de Blumenau/SC, que representa a delimitação da área central pelo conjunto de morros no contexto da cidade e que engloba o centro “histórico” (*Stadtplatz*), o centro “moderno” e o bairro Ponta Aguda (o centro “físico” da concha central), onde vai ocorrer o maior impacto da ameaça à paisagem, incluindo a relação destes com a geomorfologia e com a história do local.



Figura 1 - Delimitação da área de estudo em foto aérea. Fonte: Google, 2014.

A delimitação da área de estudo (linha tracejada branca na Figura 1) foi pensada como uma poligonal de áreas de influência, podendo ser utilizada na contextualização da paisagem. Dentro desta delimitação mais abrangente da área de estudo, temos a demarcação de três espaços que serão tratados aqui como conjuntos urbanos complementares, que mesmo formando um conjunto único em nossa análise da problemática atual, foram sendo configurados de forma e com intensidades diferentes, nas diferentes políticas públicas que vamos abordar ao longo do trabalho.

O primeiro conjunto (linha tracejada amarela na Figura 1) é o centro “histórico” (*Stadtplatz*), que engloba principalmente o antigo porto e a antiga prefeitura, mas que foi delimitado desde a Igreja Luterana até a Prainha, por considerarmos a curva histórica do rio como um elemento único e indissociável na história da cidade.

O segundo conjunto (linha tracejada cinza na Figura 1) é centro “moderno”, entre os ribeirões Garcia e da Velha, composto pela Rua XV (rua comercial que conectava o antigo porto/antiga prefeitura à antiga estação ferroviária/actual prefeitura) e a Avenida Beira-Rio, construída na década de 1970 e que estabelece uma nova relação da cidade com o rio (antes



da construção dessa avenida a cidade ficava “de costas” para o rio e sem relação com a margem esquerda, com exceção da relação *Stadtplatz* com a prainha).

O terceiro conjunto é o bairro Ponta Aguda (o centro “físico” da concha central), delimitado pelo Rio Itajaí-Açú e o antigo leito ferroviário, entre a Ponte de Ferro e a Ponte dos Arcos. Atualmente esses três conjuntos configuram a paisagem de uma forma indissociável de análise, especialmente devido à esta relação "entre margens", com o rio e com a topografia. E justamente devido à essas relações, que a poligonal de delimitação da área total do estudo, abrange a Ponta Aguda, porque atualmente a liberação de altura sem restrições de gabarito nesse bairro vai afetar diretamente a relação destes com o rio e a topografia acidentada.

O patrimônio culturalmente e socialmente constituído, que está contextualizado na forma de paisagem, encontra-se ameaçado por sucessivas políticas de desvalorização da história da cidade. O trabalho não pretende abordar a desvalorização de uma paisagem qualquer, mas será focado na paisagem de valor patrimonial, que envolve “patrimônio, paisagem e memória”. A paisagem com valor patrimonial busca compreender a própria paisagem constituída historicamente – não o imóvel e seu contexto, mas a própria paisagem em si - como um bem de valor patrimonial, culturalmente e socialmente construído. Essas políticas de desvalorização da história da cidade se introduzem distintamente, nos diferentes períodos, conforme que vamos delimitar o recorte temporal.

O primeiro período ocorreu a partir da década de 1950, com a substituição de alguns elementos históricos por elementos modernos, ainda num período onde não existia a consciência patrimonial. Através de um discurso de modernidade, que penetra por todas as esferas, o setor público propõe a criação de um novo centro cívico, o setor religioso substitui a antiga igreja matriz por uma moderna e o setor privado inicia um processo de substituição do conjunto urbano horizontal através da verticalização da cidade. Alguns processos substitutivos são marcantes, como o incêndio no edifício administrativo da cidade que abrigava os poderes executivo e judiciário em 1958, a destruição da antiga Matriz para a construção da nova em 1953 e a destruição do antigo Hotel Holetz para a construção do Grande Hotel em 1959. Esses elementos modernos negavam parcialmente o contexto ou foram implantados de forma substitutiva ao invés de complementarem os elementos históricos já contextualizados. Porém, esses novos elementos modernos foram construídos em locais



estratégicos do espaço urbano e foram elaborados por arquitetos renomados que estavam em consonância com as discussões e as novas diretrizes da modernidade na arquitetura que ocorria na escala mundial. A criação de um centro cívico refletia os ideais do urbanismo moderno e funcional, enquanto o projeto da Igreja Matriz refletia a reformulação da própria igreja católica e o Grande Hotel refletia às últimas tendências mundiais em termos de hotelaria. Esses novos elementos modernos são bem interessante do ponto de vista arquitetônico, mas infelizmente eles substituíram edificações históricas e afetaram tanto a paisagem como a memória coletiva, ao invés de se relacionarem com elas através da justaposição e formação de um conjunto urbano heterogêneo. Com relação a paisagem urbana, o elemento que vai marcar de forma mais significativa nossa área de estudo é a construção da Avenida Beira-Rio, que vai conectar o centro histórico com o novo centro cívico moderno, mas, sobretudo, alterar a relação da cidade com o rio, a topografia e a margem esquerda, onde fica o bairro Ponta Aguda.



Figura 2 - Construção da Avenida Beira-Rio e a nova relação da cidade com o rio. Fonte: AHJFS, s/d.

O segundo período ocorreu a partir da década de 1970, através de um discurso étnico de resgate à germanidade perdida (oficialmente devido à II guerra mundial, mas informalmente devido à substituição do modo de vida europeu pelo norte-americano), mas que neste caso não penetra por todas as esferas, pois o discurso não representava mais a realidade cotidiana da população local. O que realmente aparece neste período é uma mercantilização do espaço, sem compromisso com sua qualidade e com a própria história da cidade. Os setores econômicos ligados ao turismo alavancaram essa corrente, fomentando uma política pública bem definida de desvalorização da arquitetura que representava a história



da cidade, onde nesse momento a arquitetura moderna já estava integrada no conjunto urbano e contextualizada na paisagem. A Lei Ordinária N° 2262, de 30 de junho de 1977, favorece a construção do que denomina como estilos arquitetônicos típicos, conhecidos como “Enxaimel” e “Casa dos Alpes”, que praticamente define que a Rua XV, principal rua comercial de Blumenau, iria se tornar um grande cenário temático, independentemente da sua história cultural e socialmente construída. Logo, além da mercantilização do espaço em si, a própria história aparece de forma mercantilizada por esta reconstituição inventada e falsificada, ou seja, existe um desprezo pelo autêntico, o que não acontecia no período anterior. Entre os principais símbolos criados pelo próprio poder público para reforçar essa política, temos a construção da nova prefeitura em 1982, através de um falso enxaimel. Esse novo elemento simbólico, com seu caráter explícito de falsidade, vai diminuir ainda mais a importância do *Stadtplatz*, onde se localizava o antigo paço municipal, com o antigo edifício administrativo da cidade (poderes executivo e judiciário) e antigo porto. Esse foi um dos processos mais violentos no que diz respeito à perda das heranças culturais, da história e da memória urbana e coletiva de Blumenau.



Figura 3 – Nova característica do conjunto urbano na década de 1980. Fonte: Luzia C. Frata, 1985.

O centro da cidade aos poucos vai se tornando em uma série de imagens para serem fotografadas principalmente pelos turistas e serem divulgadas nas campanhas publicitárias divulgadas por todos o país. Aos poucos esses edifícios com imagens emblemáticas implantados em pontos específicos da cidade vão constituindo uma nova imagem da cidade, com a construção de um cenário urbano falso com imagens extemporâneas, baseada apenas em fatores étnicos e não mais culturais, pois não reflitam a história do tempo presente. Com a



lei de incentivo fiscais, a Rua XV se torna um grande cenário temático, onde a sequência de edifícios em fileira e com gabarito semelhante formam uma nova imagem de um novo conjunto arquitetônico, mas que não representa o seu tempo presente e nem o seu passado, uma vez que nunca existiu esse tipo de construção na cidade. São modelos reproduzidos da idade média na Europa e, mais grave ainda, a grande maioria são apenas pastiches, pois não se trata mais de uma técnica construtiva tradicional, mas apenas simulacros de fachada.

O terceiro período, que inicia a partir do final da década de 1990 com a crise do setor têxtil na cidade industrial, a maior ameaça é a tentativa do próprio poder público em tentar vender a cidade como uma “imagem” para atrair investidores e as políticas públicas que legitimam isso através do Plano Diretor, com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo e que representam “a imagem da cidade global”. Logo, o próprio poder público se torna uma ameaça, ao tentar esvaziar esses espaços mais significativos da cidade para depois elaborar projetos para tentar vender a cidade como uma imagem para atrair investidores. Aliado a isso, elabora políticas públicas que legitimam o processo através do novo Plano Diretor e do repasse das decisões sobre os espaços mais importantes da cidade para o um conselho (COPLAN,) afetando diretamente a paisagem, os espaços e a história da cidade.



Figura 4 - Proposta da prefeitura para a área central no Caderno Blumenau 2050. Fonte: PMF, 2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme tentamos demonstrar ao longo do trabalho, a principal problemática urbana e que já está afetando diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída ao longo

dos anos, são as sucessivas tentativas do próprio poder público em tentar vender a cidade como um objeto, através de imagens emblemáticas e cenários construídos ao longo do tempo e planejados para o futuro (primeiro elementos emblemáticos “modernos”, depois elementos emblemáticos “temáticos” e agora elementos emblemáticos “globais” contemporâneos). Infelizmente, essas políticas públicas acabam por tratar da mercantilização dos espaços e da própria paisagem da cidade, em detrimento da valorização dos mesmos com bens patrimoniais e de interesse coletivo.

Em 1950 temos uma primeira tentativa modesta, com o modernismo se sobrepondo ao conjunto urbano através imagens emblemáticas de seu tempo. A partir da década de 1970 temos a construção de um cenário urbano temático pautado na reinvenção de uma germanidade através imagens emblemáticas atemporais. Atualmente temos a tentativa do poder público em criar uma imagem de “cidade global” com a cópia de imagens emblemáticas que poderiam estar em qualquer outra cidade do mundo.

Esse contínuo processo de investimento econômico e discursivo na identidade germânica, iniciado ainda na década de 1970 através de alguns elementos emblemáticos, mas que acabou transformando parte da paisagem urbana da centralidade da cidade em um cenário temático, carregada de simulacros para atrair turistas, demonstra a falta de valorização do patrimônio genuíno e a falta de consideração pelo cidadão local em detrimento da construção de uma cidade cenográfica construída para o turista acidental. Temos neste caso um claro desvio de prioridade com relação aos investimentos públicos, que ao invés de valorizarem os espaços públicos e dar valor de uso à esses espaços destinados à população local, acabam por concentrar investimentos em locais privados ou semi privados, destinados prioritariamente para os turistas, esvaziando dessa forma, os espaços mais nobres da cidade. Da mesma forma, as concessões ou doações de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, principalmente com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.

Atualmente, a introdução de novas imagens, associadas às cidades globais, pode afetar diretamente a paisagem histórica e culturalmente construída, pois estas vão se impor justamente nos espaços mais nobres e valorizados, - e ainda por cima públicos (*Stadtplatz*, Prainha e mirante do Morro do Aipim) - e com caráter referencial para a cidade. Ao desqualificar, abandonar e esvaziar esses espaços tão nobres, o poder público repassa suas obrigações para o poder privado e legitima o discurso de que somente o poder privado pode gerir e qualificar os espaços da cidade. Como consequência dessa política da criação de imagens para tentar vender a cidade e atrair investidores, surgem também os projetos como imagens, desconexos da realidade local, em locais inapropriados e sem consideração pelo patrimônio e pela paisagem historicamente constituídos.

Com relação a legislação vigente, o poder público se apresenta como uma instituição praticamente inoperante ao repassar suas responsabilidades para os conselhos, que invariavelmente defendem os interesses do setor privado. O atual Código de Zoneamento, revisto em 2010, não delimita nenhuma Zona de Proteção Cultural, mas ao contrário, transforma a área central, que vai do *Stadtplatz* ao final da Rua XV, em Zona de Localização Especial 1 (ZLE-1), com índices urbanísticos “diferenciados”, onde “as edificações cujos projetos sejam de interesse turístico, econômico, social e paisagístico poderão ter seus índices construtivos definidos pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano”, ou seja, novamente o poder público transfere para um conselho a responsabilidade de gerir os espaços mais nobres da cidade conforme os interesses turísticos e econômicos, que sempre se sobressaem sobre os interesses social e paisagístico.

Este artigo pretendeu abordar os diferentes aspectos na construção da paisagem do objeto de estudo (área central de Blumenau), como: os ideais da modernidade na década de 1950, vinculados diretamente ao projeto de nação, num período em que não havia uma consciência crítica estabelecida em relação ao patrimônio, mas havia um desejo de representação do seu tempo presente; as políticas públicas para a criação dos cenários urbanos na década de 1970 (num período onde já existia uma consciência crítica estabelecida em relação ao patrimônio), vinculadas diretamente com as apropriações midiáticas, com a negação do seu tempo presente, através da representação de um tempo que nunca existiu na história deste lugar; os projetos urbanos para o futuro da cidade, vinculados diretamente com a espetacularização consumista das cidades ditas globais, através de uma série de propostas de

renovação urbana que podem ocasionar perdas irreversíveis para o patrimônio, a paisagem e a memória coletiva.

## REFERENCIAS

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BERMANN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar. A Aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BIELSCHOWSKY, Bernardo B. **Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau/SC**. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Landes, 1970.

CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2003.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEEKE, José. **O Município de Blumenau e a história do seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

FERREIRA, Cristina.; FROTSCHER, Méri. **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1998.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1990.

\_\_\_\_\_. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La vida cotidiana em el mundo moderno**. Madrid: Alianza, 1972.

\_\_\_\_\_. **La Production de L'Espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MACHADO, Ricardo; VOIGT, André. **Desterritorializações do Vale**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012.

PIAZZA, Walter. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIMENTA, Margareth C. A. Cultura teuto-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. **Revista Dynamis**, Blumenau, V.6, n.24, p. 62-83, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Blumenau 2050**. Blumenau: PMB, 2008.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Ti-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, DIFEL, 1983.